

FACULDADE DE DIREITO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

LEDA DAMASCENO GASPARI

**INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO
CULPABILIDADE**

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

2018

LEDA DAMASCENO GASPARI

**INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO
CULPABILIDADE**

Monografia Jurídica apresentada ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito

Orientador: Professora Márcia Pruccoli Gazoni

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

2018

LEDA DAMASCENO GASPARI

**INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO
CULPABILIDADE**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim
como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em 00 de abril de 2018.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser YHWH Tzevaot, o Senhor dos Exércitos, o Deus que luta por mim.

À minha excelentíssima orientadora.

Aos meus pais, por me ensinarem, com esmero, o caminho que devo andar; por serem meu farol.

- Que jogo?
- O “jogo do contente”, não conhece? [...]
- E onde é que está o jogo?
- Bem, o jogo se resume em encontrar alegria, seja lá no que for [...].

Eleanor H. Porter

RESUMO

Este trabalho tem por foco a inversão ou distribuição do ônus da prova no processo penal pátrio. Mais especificamente, seu objetivo maior é analisar se, tendo em vista o princípio constitucional da não culpabilidade, é certo ou adequado incumbir ao acusado o ônus de provar as alegações que vier a fazer nos autos, realizando, então, uma distribuição do ônus da prova entre as partes do processo, ou se tal incumbência deve ser dirigida unicamente a acusação. Para a realização do presente trabalho, adotou-se, como método de pesquisa, a vertente jurídico dogmática, bem como a jurídico teórica. Logo, a pesquisa que será, principalmente bibliográfica e documental, enfocará a ótica que existe na doutrina e na jurisprudência sobre o tema. A abordagem será iniciada com um breve histórico do ônus probatório no processo penal brasileiro. A seguir, serão elencados e conceituados os princípios mais relevantes ao tema, como, por exemplo, o princípio da não culpabilidade, sendo este o princípio norteador desta pesquisa, bem como uma sucinta análise da teoria geral da prova. Por fim, serão apresentadas as posições favoráveis e desfavoráveis existentes na doutrina quanto ao ônus da prova a ser dirigido ao acusado, assim como, o entendimento que vigora na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, e Tribunais de Justiça do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 ÔNUS DA PROVA ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	10
3 PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	15
3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	15
3.2 Princípio do devido processo legal	16
3.3 Princípio do contraditório e da ampla defesa	16
3.4 Princípio da verdade real/ verdade processual	18
3.5 Princípio do <i>In dubio pro reo</i> ou <i>favor rei</i>	19
3.6 Princípio da inocência e suas funções de garantia	20
4 DA PROVA	24
4.1 Conceito e finalidade ou objetivo da prova	24
4.2 Objeto da prova	26
4.3 Classificação das provas	25
4.4 Meios de prova	26
4.5 Princípios da prova	26
4.5.1 Princípio da comunhão das provas	26
4.5.2 Princípio da liberdade das provas	27
4.5.3 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meio ilícito	27
4.6 Sistema de apreciação da prova – Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	28
4.6.1 Sistema acusatório e a iniciativa probatória do juiz	30
5 ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL	34
5.1 Conceito de ônus e distribuição da carga probatória no processo civil e penal ..	34
5.2 Inversão do ônus da prova à luz do princípio da não culpabilidade e a doutrina	37
5.2.1 Corrente favorável	37
5.2.2 Corrente desfavorável	41
5.3 Inversão do ônus da prova à luz do princípio da não culpabilidade e a Jurisprudência	45
6 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57